

Sarney anuncia hoje pacote que amplia isenção do IR

Brasília — O presidente José Sarney anuncia hoje à tarde os números do pacote econômico para 1986, que isentará do pagamento do Imposto de Renda os assalariados com renda mensal até cinco salários mínimos. Os de renda mensal até sete salários mínimos poderão ser isentos, também, em função do número do número de dependentes.

A informação foi transmitida ontem à imprensa, no Palácio do Planalto, pelas lideranças da Aliança Democrática, após uma reunião do Conselho Político do Governo com os ministros da Fazenda, Dilson Funaro, e Planejamento, João Sayad, para analisar o pacote.

Nos primeiros 40 minutos a reunião — que durou mais de três horas, das 9h30 às 13h15 — foi dirigida pelo presidente José Sarney, que deixou o palácio em seguida, para viajar ao Rio de Janeiro. Vindo de Washington, o ministro Dilson Funaro chegou ao palácio às 10h15. Às 10h55 chegou o secretário da Receita Federal, Luiz Romero Patry Acioly, que veio juntar-se aos economistas Luiz Gonzaga Belluzzo e João Manoel Cardoso de Mello, assessores de Funaro.

À saída, os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado — respectivamente os deputados Pimenta da Veiga e Jose Lourenço, e os senadores Humberto Lucena e Carlos Chiarelli — esquivaram-se de divulgar os números do pacote, que só serão anunciados pelo presidente José Sarney hoje à tarde. De manhã, os ministros Funaro e Sayad irão ao Congresso explicar os detalhes das medidas aos parlamentares. À tarde, Sarney reunirá ainda uma vez o Conselho Político antes de anunciar os termos do pacote e enviá-lo ao Congresso. Só então será votado o pedido de urgência para sua tramitação.

Segundo um dos líderes que participou da reunião do Conselho Político, a Aliança Democrática está disposta a negociar a aprovação do pacote econômico pela redução do prazo de filiação partidária. De acordo com o parlamentar, PMDB e PFL estão preocupados com a forte pressão em favor da redução do prazo de filiação partidária, que empolga as bancadas da maioria dos partidos (que desejam migrar para aqueles que aglutinam maior força eleitoral) mas tem o veto das direções partidárias, que querem conter essa evasão.

Além das medidas fiscais — que vão gerar um adicional de receita da ordem de Cr\$ 60 trilhões — o programa econômico para 1986 prevê a aplicação de Cr\$ 74 trilhões nas áreas de alimentação, saúde e educação. Os cortes no custeio da máquina administrativa federal incluirão uma redução entre 10% e 20% na folha de

pagamentos do governo, com a supressão de horas extras e diárias.

O pacote trará ainda a regulamentação da privatização de empresas estatais, que incluirá a transferência de gestão para a área privada e a abertura do capital das empresas. Será praticamente extinta a restituição do Imposto de Renda das pessoas físicas, através da taxação em bases correntes (o que o contribuinte reterá na fonte será equivalente ao imposto devido na hora da declaração de renda).

O assessor da presidência da República, Luis Paulo Rosemberg, que também participou da reunião do Conselho Político, disse, no Rio, que o processo de aprovação das medidas contidas nos planos apresentados ontem deverá ser tranquilo, já que os líderes da Aliança Democrática ouviram atentamente e deverão concluir as consultas aos demais órgãos de direção até hoje.

Luiz Paulo Rosemberg explicou que algumas medidas, como as que estão previstas no "pacote tributário", terão que ser aprovadas pelo Congresso Nacional até o próximo dia 5, quando será iniciado o recesso parlamentar. Por razões jurídicas, qualquer mudança na política tributária tem que ser definida oficialmente antes de iniciado o novo exercício fiscal. Para atender a essa exigência o governo está procurando acelerar ao máximo as consultas entre os partidos integrantes da Aliança Democrática (PFL e PMDB) e o processo de aprovação no Congresso Nacional.

O ministro do Planejamento, João Sayad, explicou, no Rio, que na reunião com o Conselho Político foram apresentados os principais planos para a economia nos próximos anos, incluindo o de "privatização e democratização do capital das empresas estatais" e o "pacote tributário", que ele prefere chamar de plano de "justiça tributária".

— É prematuro falar em obstáculos à aprovação das medidas tributárias — disse o ministro do Planejamento, fazendo questão de frisar que o conjunto das medidas foi muito bem recebido pelos participantes da reunião.

João Sayad explicou que o plano de privatização e democratização das estatais prevê que as vendas de ações deverão, basicamente gerar fundos para seus novos investimentos. No caso da Petrobrás Distribuído-a e da Petroquisa, que abrirão capital para venda de ações preferenciais, o destino dos recursos obtidos se desdobrará em dois: uma parte irá para a Petrobrás atender suas necessidades de novos investimentos, e outra para a União, para ser usada no resgate de ORTNs e outros tipos de aplicações.